

O inconsciente e o social

O INCONSCIENTE E O SOCIAL

Todo território minado convida a uma saudável prudência feita de tímidos avanços e gentis recuos; quebrar essas sábias regras é quase o mesmo que ir pelos ares. As fronteiras entre o marxismo e a psicanálise parecem advertir sobre os nefastos resultados da precipitação quando exibem as contraditórias marcas das aproximações e dos conflitos entre essas duas potências das ciências humanas. Houve alianças periodicamente celebradas que não resistiram à ambição das facções mais radicais, ávidas em proclamar sua superioridade – como se a demonstração definitiva de um saber precisasse apoiar-se na anexação das soberanias limítrofes. O balanço final mostra que a beligerância não produziu resultados melhores do que os da cooperação frustrada.

De um lado, o marxismo teve pouco êxito em sua tentativa de encerrar a obra de Freud na masmorra de certo saber classista, um pessimismo cujo maior mérito seria o de constituir o contrariado reconhecimento da outra face da vitória alardeada pela burguesia – perante a aristocracia, o proletariado e a natureza – mostrando-lhe os custos.

Afinal, não há grande dificuldade em objetar que se a prática terapêutica merece o epíteto de elitista, o mesmo pode ser dito de quaisquer outras práticas no âmbito da economia de mercado (ou do modo de produção industrial, se aceitarmos a extensão sugerida por Illich). Seria o caso, então, de negar toda e qualquer forma de conhecimento a pretexto de que saber é poder e a desigualdade em sua distribuição faz de seus detentores os beneficiários diretos das diferenças sociais vigentes.

A psicanálise aparece então como uma dispendiosa cortesã às avessas, sustentada pela generosidade de ricos depravados que se penitenciam algo entediados dos eventuais excessos cometidos em nome do prazer. A igreja para os pobres e o divã, esse confessionário de luxo, a serviço de pecadores mais sofisticados.

Acontece que a psicanálise não é apenas uma forma de conhecimento (ou charlatanismo) destinada como tantas outras a reiterar e ratificar uma hierarquia social através do acesso que se possa ter a seus benefícios. Se assim fosse teria sido deixada em paz junto com a engenharia, a medicina, a arquitetura e o resto do olimpo universitário das profissões liberais, que recebe do severo pensamento de esquerda apenas judiciosas e indulgentes preconizações de socialização. Por mais que Freud tivesse pressentido o perigo, seria pedir o impossível que o patinho feio das ciências humanas não fosse cortejado à direita e à esquerda (muito mais à direita), à medida que as transformações da puberdade iam esculpindo um provável cisne.

A razão disso é que ao longo de cinco décadas de auscultação e escutação do pulsar inconsciente o ouvido freudiano acabou captando correntes que podem servir para movimentar os moinhos de ambas as margens do debate político contemporâneo – pelo menos

aparentemente e desde que se exerça certa seletividade. Fugindo às obras de canalização que enfraqueceriam o vigor do fluxo teórico, o navegador denunciou as ideologias como novas formas de quarentena religiosa e içando a bandeira da pesquisa descompromissada prosseguiu viagem recusando os portos oferecidos. Houve quem visse no estandarte duas tábias e uma caveira sobre fundo negro – e não sem razão: a psicanálise outorgou-se o direito de piratear o monopólio dos saques praticados pela ciência convencional.

Mas a questão é outra: até que ponto ainda se poderia acreditar na imparcialidade da ciência? A ilusão máxima não será justamente pretender-se Ulisses amarrado ao mastro da verdade para esganiçar as sereias ideológicas?

Trata-se de uma interrogação levantada tantas vezes quantas deixou de ser respondida – se o saber pode alcançar essa independência que passa por condição necessária para beneficiar a humanidade ou é um cão de caça cuja subserviência deposita obedientemente a presa nas mãos do dono. Enquanto a dúvida permanece, sempre podemos perguntar-nos pelos motivos que talvez justifiquem o aliciamento da psicanálise para servir ao poder ou municiar seus contestadores.

Ninguém tem o direito de espantar-se com a atração que o inconsciente psicanalítico exerce sobre os defensores do liberalismo econômico. A postulação de uma rivalidade inerente à convivência humana (a partir da própria construção da identidade no auge do triângulo edipiano) mais a descoberta da insaciabilidade do desejo parecem suscitar uma justificativa *pret-à-porter* da economia de mercado. Vê-se sabotado assim o famoso lema do humanismo revolucionário – “de cada um segundo suas possibilidades a cada um segundo suas necessidades” – que resgatava o melhor da ética religiosa.

Não surpreende a antipatia que o movimento psicanalítico desencadeou e justamente entre aqueles que respondiam pelas esperanças da humanidade. Na mesma medida em que a moral calvinista destinada a officiar o casamento por interesse entre dinheiro e devoção viu o puritanismo exposto à crua luz de sua significação “verdadeira” ou “inconsciente” – avareza e lubricidade -, a virtuosa donzela revolucionária teve os próprios projetos de racionalidade econômica apontados como sonhos nupciais de uma noite de verão.

É verdade que nada existe de vergonhoso em pretender a união entre trabalho e propriedade, indivíduo e sociedade, planejamento e produção. Mas dificilmente poder-se-á conceber uma ofensa maior do que ser flagrado em estado de ilusão quanto a auto-imagern conjuga o materialismo e a dialética justamente em contraposição ao hegelianismo nefelibata e a uma lógica incapaz de resolver, por falta de dimensão histórica, as contradições que o real apresenta.

Em outras palavras, o epíteto “idealista”, com que o marxismo ortodoxo costuma invectivar alguns adversários, voltar-se-ia como um bumerangue quando a investigação do inconsciente traz à tona certos mecanismos íntimos do desejo, palavra cuja mera menção detona uma feroz polêmica ao desautorizar, com sua incômoda presença, todo o tranqüilo universo organizado em torno do conceito de necessidade.

Trata-se de um ângulo embaraçoso que traz problemas inimaginados e inimagináveis para um enfoque que em certas versões mais simplistas restringe a problemática essencial da

condição humana à pertença do indivíduo a determinada classe social e vê a questão da conscientização como um processo educativo – o acesso dos trabalhadores à informação necessária – cujo único obstáculo sério talvez seja a arcaica (e inexplicada) barreira dos dogmas religiosos.

A primeira reação – ultrajada – diante da utilização que o pensamento de direita faz da desmistificação de certos dogmas marxistas por parte da psicanálise, não poderia senão propiciar a confusão entre a obra de Freud com os interesses de seus gigolôs. O marxismo oficial viu-se levado a estigmatizar a psicanálise como a última arma do arsenal conservador, que se atreveria agora a postular abertamente uma visão cínica com a finalidade de inviabilizar qualquer projeto de justiça social por incompatibilidade com o egoísmo essencial comum a cada membro da espécie.

Indivíduo: ousando extrair conclusões aventurosas de seu estudo, a nova ideologia duplicaria, por assim dizer, o peso da heresia, privilegiando o particular diante do social com a mesma desfaçatez do capitalista que prioriza os próprios interesses sobre os da coletividade.

Um trajeto marxista-weberiano (até certo ponto companheiros de viagem) apontaria que o catolicismo teria sido a ideologia do feudalismo tanto quanto as diversas correntes do protestantismo serviram para fundamentar os gestos inaugurais do capitalismo. Prosseguindo nessa linha, nada impede postular que à psicanálise caberia justificar a megalomania individual e coletiva da sociedade de consumo, enquanto arauto do hedonismo, que promove o prazer a valor máximo na esteira da explosão de produtividade que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

A despeito da rígida hierarquia, a solidariedade não estava totalmente ausente das relações de produção feudal, apoiadas numa técnica incapaz de obter da natureza algo mais do que a simples sobrevivência para a maioria e algum fausto destinado aos nobres.. É algo que se perde com o declínio da teologia medieval.

O crescimento da população era controlado pelo trio fome, peste e guerra. À medida que novas técnicas de produção, transporte e armazenamento surgem e se desenvolvem, com todos os percalços inerentes ao processo, a idéia de lucro e acumulação deixa de ser a representação por excelência do mal enquanto o protestantismo passa a promover sua ascensão ao próprio topo da nova escala de valores. É assim que o perdularismo do aristocrata é substituído pelo ascetismo dos primórdios da industrialização. Há um projeto guiando o processo, a esperança que pela primeira vez não parece absurda de dominar a natureza. A ciência encarrega-se de investigar suas leis, a técnica transforma o conhecimento em prática produtiva, a propriedade será o prêmio dos mais capazes. O dever exige que se gaste o mínimo e guarde o máximo.

Nem sempre essa austeridade era seguida pelas classes dominantes com a mesma ênfase com que se recomendava ou impunha sua observância ao restante da sociedade, mas a distância entre o ideal e a realidade não basta para desautorizar a concepção de um período onde o prazer se tornou o elemento central do pecado. Nesse sentido, a era medieval, aparentemente regida por uma moral igualmente rígida, era muito mais liberal; a heresia por excelência expressava-se pela recusa do destino que o berço determinava. A mobilidade social, primeiro tolerada, depois permitida, e finalmente incentivada pelas modificações do processo produtivo que conduziram a burguesia ao poder, é que constituía verdadeiramente

o grande pecado para uma sociedade cuja meta principal era preservar a unidade interna para fazer frente às suas rivais.

A aristocracia pagava sua hegemonia vitalícia mediante a proteção oferecida aos braços que a sustentavam; cabia à igreja conter e remediar a avidez dos nobres mediante confisco e distribuição do mínimo imprescindível aos desvalidos. Daí a ênfase concedida à caridade. A manutenção da sociedade dependia da conjugação adequada entre a obediência dos dominados e a contenção das tendências expoliadoras de seus superiores. A função da igreja, sumamente complexa, abrangia o que hoje seria da esfera do poder judiciário e antecipava sem dúvida a previdência social, ressalvadas as devidas proporções. A guerra sem quartel instaurada pela corrida ao capital e à propriedade eliminou grande parte da relativa estabilidade alcançada no regime anterior, mas tampouco foi por acaso que as transformações tiveram lugar.

Um dos aspectos menos estudados da passagem do feudalismo ao capitalismo é o da questão demográfica. Um livro do qual não se fala muito (*Pobreza e Progresso*, de Richard J. Wilkinson) ocupa-se do tema, evitando tanto quanto possível comprometer-se com alguma posição política definida. O autor pretende investigar o papel do crescimento da população como incentivo aos melhoramentos técnicos e às invenções, principalmente no que se refere a novas formas de utilização de energia.

Wilkinson defende a tese de que a exequibilidade econômica da mecanização da produção, exigindo um investimento de retorno duvidoso e demorado, dependia diretamente da economia de escala. Seria preciso a instauração de um mercado garantido por um mecanismo duplo: o progressivo esgotamento da capacidade de suprimento através dos anteriores processos de produção bem como a existência de uma demanda estável dos bens doravante manufaturados.

Este último item está, sem dúvida, ligado ao preço da mercadoria, o que por sua vez, como ensinou Marx, encontra-se em estreita dependência do valor do trabalho. A mão-de-obra poderá ter sua remuneração calculada estritamente com base no custo de subsistência, na medida em que não houver escassez de braços. Fecha-se o círculo e temos uma explicação razoável para entender como a industrialização tem todo o interesse em promover uma política demográfica não restritiva.

O que, por outro lado, jamais representou um problema; até prova em contrário, existe uma demanda inesgotável por sexo e a correlação entre as correspondentes práticas com o aumento da população não precisa de explicação. Eis aí um tipo de produção que nunca exigiu qualquer tipo de incentivo. (O atual decréscimo da taxa de natalidade na Europa Ocidental deve-se a fatores que não objetam ao raciocínio anterior).

O contrário é que constitui a regra; todas as sociedades baseadas no tipo mais primitivo de economia que se conheça, caça e coleta, mantém algum tipo de controle demográfico, em geral bastante estrito. A razão é transparente; trata-se de sistemas produtivos rudimentares, cuja dependência da natureza alcança níveis quase absolutos. São também essas populações que se distinguem pela cuidadosa observância de códigos conservacionistas denotadores de profundo conhecimento dos processos naturais, redescobertos somente agora pelos ecólogos das sociedades industriais, por razões que deveriam ser preocupantes.

Apesar da importância do crescimento populacional para o surgimento e o aperfeiçoamento das novas técnicas produtivas, o desejo sexual não encontrou lugar de destaque dentro das teorias econômicas. Coube-lhe representar, tal como aconteceu com certos recursos amplamente disseminados e abundantes (oxigênio, água), um papel de ínfimo coadjuvante. Não houve qualquer dificuldade em pensar as coisas desse ângulo todo o tempo em que a produção parecia estar ligada mais ou menos diretamente às necessidades biológicas. De certa forma o modelo não se modificou substancialmente até o fim da Segunda Guerra Mundial; o consumo suntuoso apresentava-se como marginal, ocupava as sobras da capacidade produtiva e tinha toda a aparência de não interferir com a fabricação dos bens essenciais. A fome e a miséria eram atribuídas aos extremos de injustiça na distribuição de renda, não como decorrentes do desvio dos investimentos, cada vez mais canalizados para fins divorciados do que quer que a palavra “necessidade” designe.

E precisamente nesse ponto que a psicanálise é chamada a ocupar o lugar do darwinismo social. Racionalizar o conflito de classes, justificando-o como um combate sem tréguas, em que a vitória do animal mais forte se dá no interesse da própria espécie, torna-se inadequado e perigoso à medida que a crescente afluência devida ao progresso técnico possibilita um certo distributivismo (ao menos nos países industrializados) e o proletariado começa a organizar-se em sindicatos.

Assim, a idéia de sociedade como uma segunda natureza onde a competição desta vez intra-espécie não teria por que ser menos feroz do que na primeira, cede espaço à paulatina humanização da vida social e começa a vislumbrar-se a possibilidade de um Estado onipresente ataviado com os adornos do previdencialismo (*welfare state*). Transporte, educação e saúde gratuitos, habitação subsidiada, seguro-desemprego...

É verdade que o sonho não durou muito. A demanda por canhões é muito mais eloqüente do que a por manteiga. De qualquer maneira, o abismo entre a capacidade produtiva da parafernália tecnológica e os benefícios auferidos pelos cidadãos da era industrial já não pode ser escamoteado. Se de um lado a agressividade começa a tornar-se cada vez mais aceita (pelo menos sob a máscara da competição), o mesmo ocorre com o desejo. Praticamente não se ouve mais o clássico comentário das donas-de-casa queixando-se de empregadas que não têm o que comer, mas são mais elegantes do que as patroas...

Parece que de alguma forma a vulgarização das teses freudianas tem permitido encarar de outra forma comportamentos antes categorizados como bizarros ou extravagantes, da mesma forma que tem fornecido uma justificativa antecipada para a hecatombe nuclear. Quando a época do saque – ou acumulação primitiva como conceituava Marx – chegou ao fim e o lucro passou a ser extraído de maneira mais educada, a classe dominante contraiu alguns hábitos refinados que condenara nos tempos heróicos de sua própria revolução contra a aristocracia.

Similarmente, a produção em grande escala converteu ao hedonismo os adeptos da frugalidade, quer se encontrassem no campo da tradição acumulativa (os poupadores da pequena burguesia), da revolução ou da espiritualidade. Um observador malicioso diria que o sonho do burguês é ser nobre tanto quanto o do operário é ser burguês... Seja como for, parece que a psicanálise tem sido convocada para conceder absolvição coletiva, mostrando que de pão é que menos vive o homem.

A descoberta da eficácia do inconsciente trouxe assim uma série de vantagens para quem quisesse impor-lhe certa interpretação, tudo menos desinteressada. O sofrimento seria imputável doravante ao próprio indivíduo, independentemente de sua origem social. Mais ainda, certos comentários de Freud poderiam levar a pensar que foi a própria burguesia que carregou o fardo mais pesado da repressão sexual. Portanto, se o problema é esse...

De fato, as famílias proletárias (como o próprio adjetivo indica) continuaram estimuladas a procriar animadamente para abastecer as fileiras do exército industrial de reserva. A marginalidade resultante (ou seja, o lumpem-proletariado) fornecia o álibi ideal para confundir luta política e banditismo, legitimando assim o uso da força bruta. Conseqüentemente, a questão social pôde ser durante muito tempo um caso de polícia. Enquanto isso, ocupado com a feroz competição, que não perdoava os membros da própria elite, o proprietário procurava amenizá-la, ao menos ao seio da família, derramando seu sêmen com conta-gotas e fazendo do casamento do herdeiro(a) uma operação comercial cuidadosamente planejada.

Essa ociosidade a que eram condenados os genitais femininos da classe dominante não é alheia a tudo quanto o *vaudeville* soube explorar para efeitos cômicos. Já a psicanálise conseguiu subsistir, apesar dos estragos provocados na boa consciência reinante, graças aos serviços prestados em favor dos mutilados dessa guerra que não poupava sequer os bem-nascidos. Enfim, a perversão servia de matéria-prima ao teatro de costumes enquanto o sofrimento neurótico, outro lado da moeda, começava a povoar os divãs de alguns excêntricos, que por razões certamente excusas não haviam aceito o convite para participar da festa.

Freud não parece ter-se incomodado muito com a extração social de sua clientela. Na medida em que pôde acreditar na teoria do trauma, tinha até uma justificativa plausível; ao contrário da classe média, o proletariado fora isento de cultivar um código moral intolerante face as exigências da sexualidade. Quando os avanços teóricos jogaram por terra essa vinculação entre posição social e neurose ele se comportou como quem aceita as regras do jogo em nome de um ideal mais alto – as condições para continuar a estudar o inconsciente, seja qual for o interesse que isso pudesse ter.

Não chega nem de longe a parecer-se com a atitude que levou os físicos do projeto Manhattan a esquecer todas as conseqüências pela paixão do saber – de fato, que mal poderia advir da exumação de fantasias arcaicas? – mas percebe-se aí certo desinteresse pelos destinos da sociedade (sempre presente no amor à arte pela arte), que a esquerda humanista não deixará de deplorar.

Uma das conseqüências mais significativas do estudo psicanalítico sobre a infância é a constatação da relativa inoperância da educação, muito mais propensa a provocar rebeldia do que obediência – esta última, inclusive, contaminada pela submissão. Algo semelhante ocorreu com a própria teoria freudiana. Se a tolerância com que paulatinamente passou a ser considerada traduz o processo pelo qual a repressão sexual e a moral vitoriana precisavam ser revogadas para pavimentar a via real da ideologia consumista, então Reich e toda a psicanálise marxista mostram como a rebeldia pode vicejar mesmo em terreno adverso.

Inconformado com o papel que a psicanálise era chamada a desempenhar numa sociedade notoriamente marcada por desigualdades enormes – pajem anacrônica de desocupados opulentos – um setor do movimento enveredou pelo caminho contestatário. A nível prático isso significou buscar tornar o divã acessível a outras camadas sociais; teoricamente, houve o empenho de vincular as problemáticas individual e social, mesmo que isso implicasse o sacrifício epistemológico do inconsciente.

Uma das linhas mais claramente desenvolvidas, no caso por Reich, procurou demonstrar a ligação entre autoritarismo político e patriarcalismo despótico. Não se poderia pensar a ditadura do *pater familias* sem o entorno de um regime que seria o seu modelo legitimador; reciprocamente, o despotismo se deveria em boa medida à passividade de uma população submetida ao poder desde o berço.

Essa é talvez a primeira contribuição de valor da psicanálise para o pensamento marxista, incapaz de compreender a demora e os obstáculos do processo de conscientização da classe trabalhadora, quando todas as condições objetivas pareciam dadas. À repressão sexual, principal conseqüência da educação familiar mancomunada aos valores sociais mediante o vínculo Deus-Estado-Pai, caberia a responsabilidade principal pela alienação política e a negação do próprio desejo, doravante indissociáveis como núcleo neurótico do cidadão moderno.

Seria dever da psicanálise denunciá-lo, exigindo uma nova moral que por si só criaria condições decisivas para o exercício da consciência crítica. O cômodo presidido pelo divã transformar-se-ia assim na ante-sala das células e comícios onde a grande massa de oprimidos encontraria o espaço de sua organização e atuação política.

Não consta que os analistas de esquerda tenham instalado consultórios à prova de burgueses (antes optaram pela linha Robin Hood), mas não poderia surpreender a ninguém que um compromisso tão ardente com a revolução tornasse as interpretações algo tributárias da catequese.

Mais cedo ou mais tarde, as duas correntes se defrontariam no interior das próprias sociedades psicanalíticas, abertamente ou sob outros pretextos. O invariável resultado dos embates foi o afastamento da facção politizada. Reich atribuiu a Freud uma adesão silenciosa e inconfessa aos ideais da justiça social. Contudo, prisioneiro da própria posição que ocupava, teria sido obrigado, no intuito de preservar a unidade do movimento em torno de seu eixo mais sólido, a concordar com a excomunhão da minoria socialista. Em compensação, seu veto à medicalização da psicanálise, bem como a manutenção da sexualidade como núcleo da teoria face às críticas junguianas, interpretadas como concessões à moral vigente, e a condenação da heresia adleriana, cujo sentido mais evidente era o de coonestar a feroz competição social com fundamentos teóricos, seriam uma eloquente demonstração de fidelidade à ética subversiva.

A argumentação reichiana é quase totalmente convincente; falta-lhe reconhecer o quanto Freud já havia se distanciado da definição de sexualidade como um processo biológico comportando basicamente os processos de excitação e descarga. A falta de orgasmo tornara-se apenas um dos aspectos do conflito, antes a conseqüência do recalque do que sua causa[1]. (A noção de causa, aliás, será substituída pela de sentido, quando a partir d'A

Interpretação dos Sonhos a linguagem se sobrepuser à epistemologia canônica, apoiada em fatores ambientais e biológicos).

Estendendo esse raciocínio, poder-se-ia dizer que o criador da psicanálise já estava em vias de desenvolver seu alardeado pessimismo, na medida em que começava a compreender até que ponto o desejo pode exceder tudo quanto qualquer objeto possa fornecer-lhe em forma de prazer. Não há religioso sem paraíso; poderia haver revolucionário sem utopia?

As primeiras cisões do movimento psicanalítico parecem mostrar que, como aconteceu com qualquer outra instituição, o peso da divisão social fraturou a aparente uniformidade interna.

Mesmo sofrendo essas avarias, a nave seguiu adiante, mostrando que o faro de seu timoneiro tinha funcionado: era imprescindível desvincular-se de qualquer *Weltanschauung* (visão de mundo), por mais tentador que fosse o canto das sereias – da respeitabilidade social ou da ética revolucionária. As próximas divisões que o movimento conhecerá serão sobretudo teóricas. Não que a disputa de poder estivesse ausente, pelo contrário, ou que não houvesse repercussões ou derivações políticas, o que seria impossível.

A posição kleiniana representa a decisão de ocupar-se com a solidificação da teoria e para tanto elege o campo da infância e da fantasia, priorizando a origem e o imaginário. Em conseqüência, o vínculo com a figura materna ganhará em importância, com o que o Édipo cai a um plano secundário. O surpreendente inventário da imaginação infantil é enquadrado numa ótica pouco original; trata-se, novamente, de subordinar as fantasias ao choque produzido pelo encontro, sempre desarmonioso, entre impulsos biológicos exigindo satisfação total e uma realidade sonegadora.

A oposição irreduzível entre os princípios do prazer e da realidade encontra sua arena mais propícia na figura materna, agente da máxima gratificação e frustração possíveis. A teoria é reconduzida, assim, a partilhar suas teses com o senso comum: tudo depende da educação, é preciso encontrar um equilíbrio entre mimo e severidade, há que saber colocar limites, o adulto deve conhecer-se para não projetar suas fantasias na criança. Evidencia-se uma tendência em responsabilizar os pais pelos conflitos infantis; o kleiniano torna-se o portavoza da criança indefesa, cujo sintoma é uma acusação muda apontando seus educadores.

Não surpreende que o sujeito seja visto como programado por essa primeira relação fundamental, na qual foi (mais) aceito ou (mais) rejeitado. As discrepâncias entre os acontecimentos e a vivência do protagonista serão atribuídas à força dos impulsos (sexuais e agressivos), tidos por inatos. Ainda que relutantemente, o terapeuta acaba por tomar o partido da realidade, embora da maneira mais ponderada possível; afinal, tendo estagiado no divã, ninguém melhor do que ele para conhecer a sedução exercida pelo prazer. Mãe substituta amorosa e tolerante, porém ciente da inevitabilidade dos limites, guia tenazmente o paciente através do emaranhado bosque de fantasias em direção à clareira de um real cuja luz não é tão causticante assim. Medicalização? Pragmatismo?

Importa menos fazer a crítica da teoria kleiniana do que compreender sua concepção do social. Supondo que a relação mãe-criança obedeça a fatores relativamente autônomos (impulsos inatos, disponibilidade materna), a construção da personalidade guardará certa

distância das influências ambientais – o que está em jogo pertence à jurisdição das emoções mais profundas. Consideradas universais, são (pelo menos) em grande medida independentes da cultura à qual se pertence. Periodicamente esse raciocínio é questionado; o marxismo, a antropologia, o feminismo costumam desconfiar do que julgam ser uma apologia da repetição e vêm na psicologia das emoções a justificativa de uma desigualdade baseada no arcaísmo irrevogável de impulsos tanto menos modificáveis quanto devidos à realidade biológica.

O equilíbrio ou desequilíbrio psíquicos decorreriam então da intersubjetividade. Trata-se de uma tese apoiada pela constatação de que loucura, neurose e perversão encontram-se presentes em todos os níveis da escala social bem como disseminadas pelas culturas, quer ágrafas ou avançadas, ocidentais ou orientais.

A posição ortodoxa não deixa de ter variantes, mais ou menos permeáveis ao peso de um ou outro fator externo. Mas não seria injusto atribuir ao kleinismo uma pertinaz aderência à ideia de que o conflito neurótico é sobretudo um problema particular como qualquer doença orgânica, facilitando ao psicoterapeuta uma identificação com o profissional liberal que oferece seus serviços a quem pode retribuí-los adequadamente, sem o que o ato terapêutico acabaria por sofrer uma desvalorização tendente a torná-lo ineficaz. É no interesse do próprio paciente que o psicanalista permaneceria inamovível na posição de prestador de serviços altamente especializados.

Em princípio, o respectivo trabalho teórico circunscreveu-se à exumação das fantasias infantis, sua classificação e compreensão, bem como à elaboração de uma teoria de estádios ou posições coerente com a transformação do regime psíquico numa monarquia parlamentar onde Edipo reina mas não governa.

O próximo e inevitável passo foi a extrapolação das descobertas para um âmbito maior. As teorias, se não se articulam, tendem ao canibalismo... e por motivos semelhantes – para incorporar os méritos do rival. São de descendência inequivocamente kleiniana todas as tentativas de investigar personalidades famosas sob o prisma de suas primeiras relações objetais, cabendo ao vínculo com a figura materna o peso principal na elucidação das peculiaridades até então inexplicáveis do adulto.

Os principais alvos dessa tendência são as chamadas personalidades psicopatas (Hitler, em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser), em seguida os grandes benfeitores da humanidade (categoria em que Freud tende a ser privilegiado), figuras ambíguas e fascinantes (geralmente artistas com rica e variada vida sexual), tudo sob a pretensa égide de um estudo clássico (o ensaio sobre Leonardo).

Nesse caminho, embora com mais cuidado, acaba-se por pretender tipificar a figura do revolucionário, preparando o caminho para psicologizar (alternativamente patologizar) a luta política. O romance psicanalítico, recente categoria literária, felizmente pouco cultivada, emprega à exaustão o personagem do rebelde que agride seu analista segundo o melhor modelo transferencial, até poder perceber que esse saco de pancadas dotado de um espelho inquebrável e as figuras autoritárias responsáveis pelo regime político execrado são, na verdade, uma só reedição da figura paterna, indevidamente responsabilizada pelo roubo de mamãe. Após comovedora catarse, o final feliz exige que o paciente liberto de suas ansiedades e defesas vá tratar da vida com o mesmo tirocínio que seu salvador, alcançando

assim o sucesso profissional benevolmente vaticinado por esse outro oráculo que inversamente poupou-o do parricídio.

Seja qual for o valor que se possa dar a esse indício, não é improvável que aponte no sentido de considerar a história como uma epopéia, cujas passagens mais emocionantes devem-se à magnitude dos impulsos amorosos e hostis decorrentes, em última análise, da dependência que se tem face à figura materna. Certo sabor moralista inerente deriva do farto emprego de ingredientes como satisfação e frustração; o diagnóstico nunca deixará de responsabilizar a falta de amor no passado (severidade ou descaso excessivos) pela agressividade atual (externalizada ou internalizada) do paciente.

Compreendido o indivíduo, os desenvolvimentos kleinianos passam ao plano do social. O pensamento de esquerda, seu inconformismo e criticismo em relação ao *status quo*, são, a partir dessa ótica, aproximáveis da infantilidade. A exigência de justiça pode ser reinterpretada como um exasperado pedido de amor. Agredido e/ou ignorado pelas classes dominantes, o proletariado desejará os bens de consumo como a criança na fase fálica pretende libertar Jocasta de Laio.

Quando se trata de analisar o êxito, a explicação privilegia um efeito de compensação – Demóstenes transformado em notável orador menos apesar do que graças à gagueira. Nem nesse caso o analista perde sua utilidade; é chamado a erradicar essa curiosa mania de encher a boca com pedregulhos antes que as platéias comecem a abandonar o ídolo da tribuna. A trajetória segue um padrão pré-estabelecido: exigência inatendível, frustração, agressão (ansiedade, defesa), reparação, aceitação (superação). O social torna-se o grande palco em que os conflitos íntimos são representados e o público comparece para identificar-se e projetar-se nos personagens que fazem a história.

Essa visão implica tornar supérfluas ou secundárias a luta de classes e a economia política. Ambição jamais abertamente proclamada, espreitará em segredo como uma sabedoria que espera o momento exato da revelação – ou prefere modestamente a sombra dos bastidores. Enquanto isso, permanecerá confirmada pelos dramas particulares aos quais os militantes e grandes personagens não estão menos sujeitos do que qualquer espectador anônimo. Enfoque a partir do qual qualquer semelhança entre o sacerdote ministro de Deus e o psicanalista procurador da Verdade dificilmente será mera coincidência.

As principais teses freudianas são assim desafiadas a partir de todas as direções e não menos do interior do próprio movimento psicanalítico. Mesmo os que parecem indiferentes a qualquer contemporização com as expectativas externas acabam por desautorizar o modelo original. Talvez seja excessivo creditar ao kleinismo uma independência significativa face às pressões da conveniência; sob seus auspícios foi celebrada a aliança com a psiquiatria que deu lugar à assim chamada “psicodinâmica”.

Não há qualquer incoerência nessa atitude, visto que o biológico foi readmitido como fundamento dos impulsos sexuais e agressivos. Resulta daí uma tendência a medicalizar a psicanálise, abrigando-a sob o manto prestigiado da ciência de Esculápio em troca do reconhecimento não só prático mas também epistemológico da psiquiatria.

Alguém poderia objetar que se trata de uma contradição; afinal, o desenvolvimentismo kleiniano reinterpreta as fases da sexualidade infantil com os reveladores títulos de posição esquizo-paranóide e depressiva. Se no decorrer da infância costuma ocorrer a superação dessas fases caracterizadas pela significação psicótica, para que recorrer à biologização da loucura? A resposta é que o grau de frustração não depende apenas de um ambiente inadequado (figura materna omissa, ausente, super-protetora ou diretamente agressiva); importância similar será concedida à força dos impulsos inatos, que podem exceder qualquer possibilidade de elaboração, exigindo a intervenção do *deus ex machina* médico. A duras penas Freud tinha perseguido o cardume da fantasia até o alto-mar das tempestades epistemológicas; a agonia do capitão desencadeia o motim da tripulação dividida quanto aos rumos a seguir, mas certamente compactuante na sequiosa busca de um porto seguro, onde o esforço dispendido poderá ser recompensado. A frota cinde-se e as facções seguem suas próprias direções; os culturalistas ancoram diante das costas ambientalistas, trocando vantajosamente sua pesca com os víveres dos fatores sociais julgados imprescindíveis; os revolucionários retornam para difundir o evangelho sacrílego da valorização do reprimido, a defesa do desejo, a reabilitação do prazer, a transgressão, o desafio ao poder.

Já o kleinismo esforça-se em amalgamar organismo e ambiente, biologia e educação, corpo e sociedade, numa proporção conveniente à primazia do primeiro elemento da dicotomia. Tanta ponderação falha, entretanto, em receber as últimas chaves do mistério; não basta acender, com o mesmo fósforo, as velas da divindade e do príncipe das trevas. Pode-se conseguir algum conforto – aceitação, reconhecimento, respeito – mas as diminutas chamas antes ofuscam o adorador do que iluminam as sombras do inescrutável.

O retorno a Freud, bandeira lacaniana, implica levantar âncoras para retomar a viagem interrompida. O grande mérito kleiniano consistira em intensificar o estudo das fantasias; seu pecado, o de recusar-lhe as inquietantes conseqüências, encerrando o imaginário no confortável aquário das águas orgânico-ambientalistas, onde os peixes engordam mas não se reproduzem.

Não é difícil justificar essa decisão com citações. Sabe-se que Freud, vez por outra, debruçava-se no convés com os olhos voltados nostalgicamente para a longínqua pátria positivista. Ele permaneceu até o último momento fiel à esperança de que o Messias da bioquímica viria atalhar o árduo caminho nunca suficientemente transitável em direção à compreensão da sexualidade.

Ao deixar o cais a nau lacaniana certamente evocou o lugar-comum da frágil casca de nós diante do oceano infinito. Após anos de incerteza, o regresso foi triunfal e não pôde deixar de grangear a admiração contrariada dos marinheiros aposentados, que entrementes haviam estabelecido um quase monopólio em terra firme. Os novos argonautas podiam jactar-se de ter contactado a misteriosa região cujas promessas de maravilha e terror haviam enfunado as velas dos pioneiros.

A esfericidade da terra levava Freud-Colombo muito mais longe do que ele previra; Lacan-Vespuccio retoma o périplo para cumprir o destino de navegar (é preciso...) mais do que chegar a qualquer destino.

A trajetória lacaniana pode proclamar que seguiu fielmente o rumo indicado pela bússola psicanalítica, o norte da linguagem, novo nome do inconsciente. O objeto da ciência dos sonhos (finalmente merecedora desse título) não se confunde mais com os de suas congêneres. Uma soberania legítima é enfim proclamada, versada em iconoclastia autodirigida (investigue-se o desejo do analista em primeiro lugar) e, sobretudo, ostentando esse hermetismo que exaspera os candidatos a tradutor. Entende-se: nem sempre (ou quase nunca?) o mestre está dizendo alguma coisa... como se a regra fundamental houvesse levantado do divã para passear livremente pela teoria. Quais serão as relações da psicanálise independente com os antigos suseranos das dinastias ambientalistas e organicistas?

Quem queira antipatizar com o lacanismo não precisará esforçar-se muito; sua peculiar combinação de pedantismo, hermetismo e erudição ultrapassa de longe o que quer que a psicanálise tenha produzido anteriormente sob a rubrica de um saber refratário à bisbilhotice leiga. Pelo menos desse ângulo é possível contrapor frontalmente mestre e discípulo. Os textos freudianos gozam de uma popularidade quase inédita e em todo caso absolutamente rara na literatura científica, justamente pela equilibrada mescla de mistério e clareza, rigor e especulação, observação e dedução que constitui a marca distintiva das boas novelas policiais ou dos legítimos romances psicológicos.

Algo será desvendado: com essa promessa o leitor é solidarizado à empresa e mesmo que discorde da solução do enigma dificilmente fechará o livro sem ter chegado ao ponto final.

Diferentemente, os textos lacanianos são fragmentados por uma multi-referencialidade radical. Requisita-se permanentemente a erudição feita de infinitas leituras prévias não limitadas ao universo abordado pelo autor, que além de recusar-se a qualquer compreensão imediata parece gozar com um trabalho de incessante despistagem. Nunca tenha a pretensão de decifrar-me, parece dizer-nos; mantenha-se em permanente expectativa, jamais isenta de perplexidade. O encanto que destila é do mesmo tipo que faz a serpente desafiar a gravidade içada pelo suporte da melodia.

O leitor de Lacan é desalojado continuamente da decepcionada superioridade que os textos freudianos condescendiam em oferecer com sua autocrítica rigorosa. Aprosódia do mestre francês não esconde a cáustica indignação que lhe é inspirada pelos desvios da psicanálise e credita antecipadamente seu desprezo a quem se deixe iludir por eles. As suas flechas de envenenado humor buscam sem piedade as correntes comprometidas com o poder e quando a distância das generalizações parece proteger os sacrílegos, ele não vacila em invectivar os réus diretamente para denunciar a exorbitação de funções, a legislação em proveito próprio, a usurpação de um trono que deve permanecer vago.

Certa indulgência ou omissão é reservada à pureza ou inocência reichianas, embora alguns descendentes, especialmente os cultores do hedonismo corporal, não escapem ilesos. A psicanálise culturalista, moldada ao mais puro estilo do *american way of life*, é tratada de subserviente bajulação do ego. Lacan a acusa de ter-se deixado contaminar pelo ambientalismo da atmosfera intelectual americana. O kleinismo tem sua base epistemológica severamente fustigada, beligerância atenuada pelo reconhecimento do notável trabalho prático efetuado pela primeira dama da psicoterapia infantil.

A imagem da expulsão dos vendilhões do templo aplica-se a mais de um título. Cruzada ou Reforma, Lacan procura restaurar a pobreza senão a indigência do oficiante psicanalítico,

destituindo a casta que se apossou dos santos lugares ou ergueu santuários pomposos sobre as catacumbas dos tempos heróicos para melhor esquecê-las.

Desse ponto de vista, a história se repete sem farsa, seguindo os parâmetros da épica. Surge uma teoria subversiva questionando radicalmente o poder; em período mais ou menos curto é convenientemente assimilada; sua domesticação inclui a renúncia aos princípios que a regiam e lhe davam sentido; um lutador solitário, profeta mal encarado dublê de príncipe revolucionário encontra as provas da traição junto com as armas abandonadas; torna-se invencível pelo rigor e a disciplina dedicados a seu exercício durante os amargos anos de exílio; a seu redor congregam-se os puros, sinceros e valorosos; o combate é vitorioso.

O êxito de Lacan em recuperar a bússola freudiana deve-se, sem dúvida, à radicalidade com que manteve a posição de expurgar todas as explicações que relegavam o inconsciente a uma posição secundária. Depósito de traumas ou cadinho de impulsos, condicionamento a partir de experiências precoces ou bloqueios musculares represando o fluxo da energia sexual, receptáculo de valores culturais espúrios ou não, vivências cujos significados se fossilizaram, todas as reinterpretações que visaram “logicizar” a descoberta freudiana polindo-lhe as arestas e retirando seus numerosos pontos de interrogação não fizeram mais do que mutilá-la para que se tornasse afavelmente compatível com uma epistemologia ultrapassada, cujos pólos orientadores permanecem sendo os fatores orgânicos e ambientais concebidos como “causas” do fenômeno que se deseja controlar.

quarta-feira, 4 de fevereiro de 2009 16:01:30

O reconhecimento da fantasia e do desejo como irreduzíveis a qualquer origem biológica ou ambiental devolveu à teoria seu princípio reitor – o não saber – o objeto que legitimamente lhe cabe – o inconsciente – e o analista à única humildade que não poderia ser inteiramente falsa: reconhecer-se enquanto animado pela máscara que lhe é emprestada. Interrogando seu próprio rosto que não vê, esculpido às cegas por aquele a quem ouve, é que suas hesitantes perguntas poderão ser formuladas.

Dessa maneira instala-se também do outro lado uma incerteza que ao invés de resvalar para a dúvida obsessiva ou a confusão relativizante tem a possibilidade de descansar nas margens de uma serenidade plenamente insegura de si, cujo próximo passo talvez possa ser não incomodar-se com isso.

A reintegração da linguagem e do universo da significação ao papel simultâneo de objeto e instrumento da psicanálise redefine a posição da teoria face aos domínios fronteiriços.

Nem a biologia (genética, endocrinologia, neurologia, psiquiatria, bioquímica) nem as ciências sociais (história, antropologia, sociologia) podem ser de qualquer ajuda para a ciência dos sonhos, embora seu estudo se revele fundamental.

Em compensação, a lingüística, pioneiramente liberada da dupla tutela, tem uma vasta contribuição a oferecer. Por ter abandonado a miragem ofuscante das origens, que prometia

soluções inatingíveis, obteve pleno êxito quando decidiu restringir-se ao estudo das relações que os componentes fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos da língua mantêm entre si.

Retornar a Freud é, então, ao mesmo tempo abandonar as origens, afirmação aparentemente absurda visto o denodo com que ele perseguiu até a pré-história ou a bioquímica hormonal as causas que se recusavam nos níveis mais acessíveis da primeira infância ou da fisiologia.

Justamente por ter rastreado *ad nauseam* todas as possibilidades associadas à causalidade “interna” ou “externa”, como um detetive azarado eternamente atrasado que só encontra os tentáculos de uma organização cuja multiplicação dir-se-ia desencadeada por cissiparidade através dos golpes recebidos, é que ele pode ser considerado um dos pioneiros do estruturalismo.

Não será fácil lidar com os cobradores de impostos da biologia, acostumados à subserviência dos antigos meeiros; nem em retomar as negociações com os vizinhos ressabiados pelas escaramuças de fronteira. No segundo caso, há um bom mediador: Lévi-Strauss. No primeiro, uma demonstração de força não poderá deixar de ser feita, na disputa do território em litígio entre psiquiatria e psicanálise. Entretanto, há bons motivos para pensar que também aqui será vantajoso apelar para um terceiro, desta vez na forma do campo onde se travará o combate: a afasia.

Segundo as postulações anteriores, a economia política teria desencadeado três respostas da psicanálise pré-lacanianas: a indiferença ou a imparcialidade dos culturalistas, menos preocupados com a questão ideológica do que com a forma pela qual os valores culturais são transmitidos e se incorporam (ou não) à personalidade em formação; a entusiasta adesão da psicanálise marxista, cuja bandeira mais notória consistia em inserir a luta pela liberdade sexual no campo das reivindicações políticas (a alienação começaria pelo distanciamento face ao próprio desejo); e uma hostilidade mais ou menos declarada da parte da escola kleiniana, que encontrou plena reciprocidade nos setores marxistas mais ortodoxos.

Trata-se aqui de uma rivalidade pela posse do instrumento teórico mais abrangente ou penetrante; não há como compatibilizar as hipóteses centradas no choque de interesses entre os agentes sociais e o enfoque subjetivo que faz desses conflitos mera projeção dos impulsos agressivos e sexuais.

À primeira vista, a radicalização lacianiana da autonomia do inconsciente pareceria ampliar o abismo. Provavelmente essa é a explicação principal da ausência da temática social na respectiva literatura, constatação que torna especialmente chamativa a atuação política dos lacanianos, em geral mais comprometidos do que qualquer outra corrente com os movimentos sociais (à exceção da freud-marxista, obviamente, mas esta parece em vias de extinção). Sem dúvida, a impiedosa crítica exercida contra as instituições oficiais psicanalíticas e a respectiva burocracia constituiu uma boa preparação para que esses grupos, em geral pequenos como células marxistas, se identifiquem com seus congêneres que buscam alternativas para a práxis revolucionária.

Em termos teóricos, porém, o lacianismo ostenta um tom dramatizante, que se associa à perfeição com a ética do negativo.

Todas as outras correntes da psicanálise tenderam a restaurar a tranqüilidade abalada pelas grandes descobertas freudianas. O culturalismo preconiza, com ressalvas mínimas, a adaptação do indivíduo a seu meio; a corrente reichiana aposta tudo na meta do orgasmo, equiparada a testemunho mais verossímil da conscientização; a escola de Frankfurt segue um caminho semelhante, mas sua fundamentação filosófica é evidentemente bem mais significativa; para a escola kleiniana, a meta consiste na autonomia e na flexibilidade, que possibilitam o acesso ao outro sem sacrificar-se e sem sacrificá-lo, a partir da maturidade obtida com a superação dos impulsos arcaicos.

Em todas essas variantes, a boa relação objetal era considerada fiadora de uma personalidade equilibrada. Caberia à psicanálise o papel de reeducar e redirecionar o desejo. O inconsciente era visto como um animal selvagem a ser domesticado; sob essa condição, sua preciosa “energia”, canalizada para o eu, enriqueceria a personalidade e a tornaria capaz de realizar as fantasias agraciadas com o beneplácito social.

A diferença entre as correntes citadas talvez resida na ênfase concedida pelos culturalistas à capitulação face às exigências externas, enquanto os reichianos não abdicam do prazer individual levado até as últimas conseqüências e a serviço do anticonformismo transformador, ao passo que o código kleiniano preconiza o sábio equilíbrio entre esses extremos.

Na peculiar ótica lacaniana, essas promessas e metas são placidamente arrasadas. Restitui-se ao desejo sua condição fundante e subversiva da qual a insaciabilidade será uma das principais características. Não há porto à vista, nem terra firme possível, objeto que satisfaça, bálsamo para a ferida. A primeira realidade não é a dos objetos pretendidos por aqueles que chegam ao Canaã das boas relações com os outros. O ser humano está condenado ao suplício de Sísifo, correndo atrás de fantasmas circulares que não cessam de perseguí-lo e empurrá-lo.

Poder-se-ia perguntar se essa não é uma visão essencialmente inviabilizante de qualquer esforço vinculado ao que quer que a palavra “psicoterapia” designe.. Não por acaso o termo é execrado pela terminologia lacaniana.

Na melhor tradição religiosa, a dos místicos, os desígnios de Deus são inescrutáveis; não se pode persuadí-lo a colaborar com bajulações, penitências, reivindicações, nem depositando flores nos altares ou sacrificando dízimos ao conforto de seus representantes na Terra. Ele se manifesta ou não, restando ao fiel a única possibilidade de acolhê-lo, aceitando a honra e o incômodo de uma presença cujo resultado mais constante é a perda.

Tanto para a mística quanto para Lacan, o inimigo é menos Belzebu do que o próprio ego[2]. Inúmeras heresias aboliram a intermediação do clero para chegar à divindade; Lacan tolera o analista desde que ele não o seja. O lacanismo está a um passo da anarquia ou do autonomismo, ou do que se imaginou ser a revolução cultural chinesa. Não é de estranhar que os interesses estabelecidos se sobressaltassem, desde os mais razoáveis até os mais espúrios. A pretexto de salvaguardar a seriedade da formação, a ortodoxia da transmissão, a solícita vigilância dos controles e da supervisão, as sociedades psicanalíticas sempre haviam

afastado aqueles que ousavam questionar os dogmas cuja observância permitira à prática clínica sobreviver em meio aos obstáculos colocados pelas diversas intolerâncias: oficial, religiosa, científica, profissional. O preço da adaptação aos valores sociais expressou-se pela contemporização, chegando, às vezes, até a capitulação mais aberta face aos valores hegemônicos. O princípio da realidade acabava por contratar em tempo integral aqueles que já haviam se tornado seus advogados na clínica...

A reforma lacaniana se pretende imune aos chamados do poder. Há indícios porém de que sua institucionalização não deixará de ocorrer em moldes semelhantes aos criticados. Mas a questão é outra; na medida em que a consistência de uma obra permanece imune ao uso que os interessados lhe possam dar em benefício próprio, trata-se de entender como a respectiva interpretação da psicanálise recoloca a questão das relações com a economia política e a medicina, dupla fronteira onde a terra de ninguém nunca deixou de estar em litígio.

Se o questionamento do poder constitui o primeiro e principal elo entre a psicanálise e o marxismo, que denunciam a noção de um ego mediador ou a pretensa neutralidade do Estado na sociedade de classes, a partir daí os companheiros de viagem se separam. A ditadura do proletariado, mesmo se preconizada transitória, revela que para o movimento socialista a alavanca de comando tem certa utilidade. O líder revolucionário é um educador de massas, duplê de teórico e militante; cabe-lhe interpretar o momento histórico para direcionar a ação revolucionária. A falha em compreender o peso relativo dos fatores circunstanciais inutiliza o melhor dos conhecimentos intelectuais, tal como uma intervenção terapêutica fora de momento poderia comprometer o êxito da cura, na ótica de um clínico tradicionalista.

O marxismo clássico confere uma importância decisiva à figura do dirigente, exige a unidade em torno do consenso alcançado e acredita piamente na validade da causa. A coletivização dos meios de produção bem como a justa distribuição dos bens são tão evidentemente corretos que só se poderia questioná-los com má fé.

A significação da noção de desejo em psicanálise é de molde a colocar em juízo boa parte do ideário marxista. Se os bens cuja repartição se quer igualitária revelam-se insuficientes é porque não se poderia mais falar em “necessidade”, critério biológico responsável pela demanda. Não por acaso o principal elemento alienante na Europa do pós-guerra foi a proliferação do supérfluo, cuja disputa gera tanta rivalidade como a luta pelo necessário é capaz de despertar a fraternidade.

O que constitui a ponte lacaniana na direção do social é construída sem qualquer sacrifício das bases epistemológicas do inconsciente. Trata-se da própria noção de desejo, libertada das conotações biológicas. A fase do espelho descrita pelo autor francês mostra como o eu se forja moldado pela expectativa do Outro. Os atores que protagonizam esse papel, como assinalou Freud ao tematizar “His Majesty, the Baby”, estão imbuídos de profundo narcisismo. A breve fórmula segundo a qual o desejo humano é desejo do Outro traz necessariamente embutida a vida social, mas, como em Lévi-Strauss, trata-se de um social diferenciado de “consciente”.

O desejo está condenado à incompletude porque o objeto do desejo é outro desejo, necessariamente caracterizado pela incompletude. O projeto utópico é desacreditado pelo lacanismo, que na esteira de um budismo desiludido condenaria os simulacros da Grande Ausência. Mas a teoria se recupera dessa primeira queda na decepção através do humor sarcástico, vendo-se refletida no sutil jogo de espelhos graças ao qual o inconsciente simula a cenoura que movimenta a carroça.

A psicanálise parece arrogar-se assim ter alcançado um ceticismo lúcido que lhe daria certa dianteira sobre a ingênua utopia social perseguida pelo socialismo, cujo combate à metafísica religiosa rescendendo a ópio resultou na valorização excessiva da produção[3]. Expurgando todo transcendentalismo, o marxismo teria aderido sem condições a um materialismo que, se aparentemente justificado nos primórdios e meados da revolução industrial, acaba por tornar-se prisioneiro da ideologia do progresso e da superfluidade.

Até prova em contrário, esse processo é claramente aferível não só em termos teóricos como no quotidiano da prática partidária. Os programas eleitorais dos PCs europeus centram-se quase exclusivamente em reivindicações salariais ou benefícios previdenciários e profissionais – enquanto preservam cuidadosamente a galinha de ouro dos lucros. Não por acaso o PC italiano mereceu a partir da década de sessenta os louros de melhor gerente do capitalismo. Qualquer perda de renda, ainda que compensada por uma diminuição significativa das horas de trabalho, é sumariamente rejeitada.

O que seria compreensível em países subdesenvolvidos não deixa de intrigar quando ocorre no primeiro mundo. Por menos irônico que se seja, é difícil não conjecturar que o principal objetivo da esquerda consiste em aproximar o trabalhador do nível de consumo de seu padrão. A escala de valores que privilegia lucro, quantidade, fruição sem esforço, *status*, disseminou-se por todas as camadas sociais. Não é de estranhar que a classe trabalhadora europeia compartilhe da surpreendente combinação entre xenofobia e racismo, que destina aos imigrantes do terceiro mundo as tarefas mais degradantes e ao mesmo tempo se queixe de sua incômoda presença nas metrópoles ocidentais.

A recuperação do operariado pelo sistema, ocorrida nos países desenvolvidos, não ficou sem resposta teórica. Sabemos que pode ser pensada contra o pano de fundo da internacionalização[4] da economia, cujo resultado mais importante é o de instaurar a divisão de trabalho a nível planetário, cabendo aos proletários do terceiro mundo o papel de párias. Os seus congêneres dos EUA e da Europa Ocidental teriam o padrão de vida sensivelmente beneficiado justamente em função dos intercâmbios comerciais que lhes conferem o estatuto de sócios das empresas cujos tentáculos abarcam o conjunto do planeta. Trata-se de uma situação em que o bastão da revolução passa às mãos dos novos pobres; o sistema não poderia funcionar senão apoiando-se na imensa maioria oprimida, embora ocasionalmente deixe cair algumas migalhas em benefício da criadagem.

A analogia pode ser útil a mais de um título: sabe-se que os serviços da aristocracia não acediam a essa proximidade sem antes demonstrar-se identificados aos seus superiores.

A argumentação crítica, porém, não elimina o benefício da dúvida solicitado pelos advogados do liberalismo: o progresso, cuja mola essencial seria a livre-iniciativa, tem por

consequência principal o domínio da natureza, que acabaria por beneficiar todas as classes sociais, e isso tanto no centro como na periferia do sistema. Ainda que em estágios diferentes e auferindo vantagens desiguais – uns mais e mais rapidamente que outros – todos acabariam entrando na folha de pagamento do extraordinário desenvolvimento técnico que constitui o argumento decisivo em favor da propriedade particular dos meios de produção.

Perante esse ponto de vista, o marxismo aparece singularmente desarmado. De fato, seu argumento técnico mais forte referia-se ao caos econômico causado, em última análise, pelo descompasso entre a produtividade do sistema e a crescente exploração dos trabalhadores, que tende a destruir o mercado consumidor. O capitalismo, entretanto, não só sobreviveu à grande crise de 1929/1930 como também aprendeu. Às custas de certas concessões e principalmente passando a aceitar um papel maior do Estado na regulação da economia, pôde tornar-se menos voraz e agora exhibe uma esbeltez imprevisível para quem, como Marx, apostasse na explosão do adolescente precocemente balofo. A briga centra-se doravante na repartição do butim obtido graças à agressão do meio ambiente por parte da tecnologia poluidora. (A natureza passa assim à condição de principal “explorada”; sequer seus mecanismos de reprodução são respeitados, como acontecia com o proletariado).

Onde teria “errado” o marxismo? Um dos pontos capitais a serem revistos é, sem dúvida, sua adesão irrestrita ao modo de produção industrial. Não poucas vezes a voz de Marx se ergueu contra os socialistas utópicos, que preconizavam algum tipo de controle do desenvolvimento tecnológico e também demográfico. Ele condenou, sem contemplações, a destruição de máquinas pelos artesãos e trabalhadores manuais, sem perguntar pelos motivos. Todos esses comportamentos e teorias foram tachados de “infantis” e/ou “regressivos”, expressões proféticas de um novo jargão... Um longínquo eco dessa atitude perpassa a discussão conduzida por Lenin sobre se os operários deveriam ou não sabotar a produção no âmbito do regime capitalista – advertindo finalmente acerca dos perigos da “fixação” a um comportamento potencialmente negativo. O stakhanovismo, versão stalinista do taylorismo, é sem dúvida indicativo de que o “operário-padrão” transformou-se no “ideal de ego” do industrialismo a Oeste e Leste, mostrando o quanto os gerentes de ambos os sistemas se assemelham.

Poder-se-ia objetar que o desenvolvimento das forças produtivas representa a condição preliminar para libertar não só a classe trabalhadora como também a espécie humana dos grilhões da labuta. Marx referia-se ao “socialismo da pobreza” em vigor entre os primitivos, que fatalmente seria derrocado pela produção de excedentes (passagem cuja obrigatoriedade permanece inexplicada pelo recurso à pura conceituação econômica e é questionada por Lévi-Strauss).

Daí o surgimento inevitável das classes sociais. Não restaria aos oprimidos senão o caminho da rebelião, de maneira que ao longo da história o motor das transformações políticas só poderia ser o dois tempos da desigualdade social. Nessa linha, as alterações no modo de produção são atribuídas unicamente ao conflito de classes. O seu aspecto positivo reside no crescente domínio da natureza, mérito creditável principalmente à burguesia, que prepara assim o caminho para que o proletariado, representando o conjunto da humanidade, aceda

ao poder com a missão de distribuir adequadamente aquilo que a voracidade de alguns conseguira para todos.

As conseqüências das sucessivas revoluções tecnológicas em termos da segmentação social produzida não puderam ser previstas por Marx. Todas as classes se subdividiram, com a implicação da criação de interesses particulares, aspecto explorado com uma habilidade que não mais deveria surpreender a ninguém; faz parte das regras do jogo. Entretanto, não é graças a um talentoso maquiavelismo que o capitalismo sobreviveu. Ao mesmo tempo que produzia condições de miséria, certamente inéditas numa história não precisamente isenta delas, aureolou-se com o prestígio de conquistas técnicas inimagináveis. Todos os aparelhos presentes no cotidiano da população mundial são arroláveis como testemunhas daquilo de que é capaz o engenho humano quando tangido pela promessa do lucro.

Mas, e eis aqui uma questão verdadeiramente crucial, se dispuséssemos de “medidores” de felicidade, a constatação certamente paradoxal seria que a proliferação de mercadorias não contribui sequer um átomo para qualquer coisa que tenha a ver com o que passa por ser o objetivo da humanidade. Pois a cada *quantum* de prazer obtido pelo uso e manipulação dos preciosos bens associados à noção de lazer, resulta um grau de insatisfação ainda maior que o precedente. A inexistência de critérios incontroversos para a aferição do bem-estar do cidadão da sociedade industrial não deveria levar a subestimar indícios fortemente denotativos de um sofrimento tão inédito quanto os últimos frutos da técnica. Nessa categoria entram os calmantes psiquiátricos de consumo amplamente difundido, os índices de loucura, suicídio, prostituição, alcoolismo e drogadição em geral, devidamente expurgados de considerações moralistas.

quarta-feira, 4 de Fevereiro de 2009 16:01:30

Um dos resultados mais interessantes de todo o processo é que simultaneamente à democratização da colheita do progresso, graças à produção em massa, a alienação, ou seja, o crescente distanciamento entre o gesto profissional e o sentido desse ato para o sujeito, foi atingindo todas as camadas sociais. Aqui também se enfrentará as conseqüências da ausência de critérios confiáveis; mas mesmo assim, *grosso modo*, é permitido afirmar que a imensa maioria das atividades submetidas à lógica da sociedade industrial comporta um grau mínimo de prazer.

Isso não se aplica única ou principalmente aos operários que são torturados na linha de montagem; perpassa todos os níveis da escala profissional, independentemente das diferenças salariais. Salvo o do cientista e o do pesquisador – mesmo assim com ressalvas visto a domesticação do respectivo talento – praticamente todo trabalho carece de outra justificativa que a sua recompensa financeira ou tende a isso em ritmo acelerado.

Por outro lado, o chamado “pessimismo” freud-laciano tem seu ponto de instalação sediado no conhecimento daquilo que precisamente passa facilmente pelos buracos com que a rede marxista procura captar o real. Trata-se do fato praticamente óbvio para qualquer analista que tenha compreendido minimamente a obra fundadora de sua prática (número que não assusta pela quantidade), relativo ao caráter fantasmático de todo objeto visado pelo desejo humano. Assim, o ditado celebrizado pelo moralismo mais piegas (“o dinheiro não traz a felicidade”) revela-se surpreendentemente apto para entender o “efeito Midas”

dos êxitos tecnológicos, embora esteja longe de poder guiar-nos em direção a suas razões profundas.

Conseqüentemente, de um lado perfila-se a crença num regime produtivo capaz de assegurar a “cada um, segundo suas necessidades”, aquilo que todos concordam em fornecer no limite de suas possibilidades; de outro, uma espécie de niilismo que consegue discernir miragens ocultas sob a mais palpável das realidades. O ideal de fraternidade marxista soçobra diante do desejo que açula todos contra cada um e reciprocamente, mas resta saber se a psicanálise consegue propor algo que não acabe por negar totalmente algum tipo de solidariedade, ácido que mais cedo ou mais tarde costuma corroer o bisturi dos decifradores de ilusões.

Boa parte da descendência lacaniana envereda pelo pessimismo devastador e dramatizante, talvez para sustentar um sentimento de superioridade. Mas no próprio Lacan é possível aferir a tranquila admissão da fantasia – da ilusão – como paradoxal sustentáculo da realidade... psíquica. Após mostrar que o objeto desejado é uma imagem no espelho, sua teorização desmonta o mecanismo de constituição do eu para revelar que este não tem outra consistência que a do fantasma. Como em matemática, dois negativos fazem um positivo: um objeto “fictício” mais um sujeito “inexistente” encontram-se para produzir a “realidade” – mas ela tem a desfaçatez de funcionar.

quarta-feira, 4 de Fevereiro de 2009 16:01:30 (cópia do livro daqui em diante; revisar)

Constatação que levaria a um erguer de ombros: bem, se é assim... *carpe diem*. Mais um ponto obrigatório de parada para outra leva de discípulos do mestre francês, egressos do niilismo para proclamar a relatividade de valores com o tom pedante do hedonismo à *ultranza*.

Tão consagrado à denúncia das práticas ortopédicas devidas aos desvios teóricos como o marxismo à crítica do ópio místico, o lacanismo deixou na sombra o conceito em que poderia apoiar-se para resgatar a serenidade, nem que fosse apenas a da prática clínica. Se a estratégia da distribuição justa da produção se arrisca a cair no vazio, quando o supérfluo mostra como estamos longe da necessidade biológica, então é preciso buscar em outro lugar esse bem que deixa de ser equivalente à mercadoria para situar-se na esfera da ética. O jovem Marx não desconhecia essa questão, que acabou por minimizar ou mesmo esquecer.

Trata-se da jurisdição da sublimação. Definível como prazer na ação, exigiria uma radical revisão do modo de produção industrial que apendizava o trabalhador às máquinas.

O sonho de que um dia os robôs realizarão todo o trabalho rotineiro e brutal ainda não pode ser descartado, embora a cada dia pareça menos exequível; em compensação, torna-se possível destituí-lo da condição de meta ideal.

Por um lado, devido a que a tecnologia que poderia viabilizá-lo está totalmente comprometida com a degradação constante e suicida do meio ambiente; complementarmente, pelo fato de que já há evidência suficiente para afirmar que essa mesma tecnologia hierarquiza sem remédio seus controladores e beneficiários.

O sistema industrial tem a forma de uma pirâmide e mesmo que sua base produtiva se torne prescindível pela robotização, a tomada de decisões não pode deixar de ser monopolizada por uma elite cujo saber necessariamente representará um investimento social extremamente alto para que possa ser colocado ao alcance de todos. Supondo que houvesse interesse, naturalmente. Até agora não há qualquer indício de que Wall Street tenha alguma vocação para estrada de Damasco...

Suplementarmente, a própria decisão quanto ao que deve ou não ser produzido, depende cada vez menos dos agentes sociais interessados. Na lógica industrial não há lugar para uma prática produtiva diferente; trata-se de uma proliferação regida pelo princípio de que mais é melhor. Não somente a natureza é sacrificada ao crescimento desordenado, mas igualmente aquilo que em cada indivíduo poderia ser responsável por algum grau inefável de felicidade, palavra cuja ingenuidade não justifica o exílio a que foi votada pela terminologia psicanalítica, mesmo porque a mera diminuição do conflito é suficiente para dar-lhe certo lastro e verossimilhança.

As dantescas condições de vida do trabalhador europeu que o capitalismo selvagem usou como pista de decolagem levaram Marx a ver como causa única do sofrimento humano os componentes mais evidentes da miséria – fome, insalubridade, jornada estafante de trabalho. Contra todas as expectativas, esse regime, por mais desigual e injusto que seja, revelou-se relativamente capaz de certo distributivismo no centro do sistema e promete fazê-lo “assim que for possível” na periferia. Se é ou não algo exequível, ou em que grau, ainda está por saber. Mas tão grave quanto as condições de vida da classe trabalhadora nos séculos anteriores ou nos atuais países subdesenvolvidos são as conseqüências da ausência de prazer no trabalho – e isso não pode ser remediado pelo capitalismo.

Para a ética que de uma forma ou de outra a psicanálise não consegue deixar de evocar, o modo de produção industrial tem seu pecado capital menos no lucro do que na erosão da única possibilidade de manter o sujeito sobre os próprios pés: o sentimento de identidade.

A impossibilidade de fazer e portanto de fazer-se (frase que transita em território marxista: tão importante como a produção enquanto resultado do trabalho é o próprio trabalhador) é que é sabotada incessantemente pela degradação do ato produtivo. Se fosse possível postular um motivo pela relativamente baixa incidência de neurose e loucura em regimes diferentes do industrial, a causa certamente estaria relacionada ao papel concedido à habilidade nas tarefas desempenhadas.

Esse é o motivo pelo qual o analista não poderia considerar o operário mais necessitado e digno de tratamento do que os beneficiários diretos do sistema. Pelo menos nesse caso o conflito psicológico e a doença orgânica podem assemelhar-se: a dor é a mesma, independentemente das compensações financeiras. A escandalosa pergunta de John Kenneth Galbraith (porque o desejo insatisfeito por um Rolls Royce deveria representar um sofrimento menor do que a fome que se contentaria com um pedaço de pão?) se beneficia da mesma resposta.

Se o desejo é desejo de outro desejo, então todos os objetos são meros representantes. O que fica obscurecido e se torna inaceitável quando essa afirmação passa por cima das gritantes desigualdades da sociedade industrial pode mostrar-se com nitidez e sem cinismo quando aplicado às sociedades “frias”.

Do ângulo da psicanálise, o interesse principal dessa discussão é demonstrar que os objetos são representantes substitutos do alvo por excelência do desejo. A posse de bens materiais, beleza, saber, talento, etc. tem como finalidade propiciar o acesso ao desejo do outro.

A implicação é que a produção de excedentes não deriva única nem principalmente da problemática de sobrevivência; *“olhai os lírios do campo que não fiam nem tecem...”* A monogamia estrita e o rígido controle de natalidade, característicos da economia de caça e coleta são camisas de força estrangulando as manifestações do desejo. A agricultura exerce um efeito de liberação pago com a introdução de uma modalidade de trabalho bem diferentes dos propiciados pelo regime paradisíaco da natureza generosa – e de um baixo índice de reprodução. Com o advento da industrialização, todos os caminhos levam à Roma da proliferação sem barreiras; ampliação do mercado consumidor e aumento da oferta de mão-de-obra para baratear a produção, a população é incentivada a reproduzir-se à taxa máxima e sobreviver em condições mínimas.

A humanidade passou por dois grandes saltos demográficos, propiciados respectivamente pela irrupção da agricultura e da indústria. Wilkinson mostra como a demanda reprimida por consumo sempre esteve à espreita, incentivando a maximização da produção. A outra cara da moeda é o crescente grau de desprazer associado ao trabalho regido pela meta da quantidade.

Se algum grau de plausibilidade pode ser outorgado às observações precedentes, então a economia política faria bem em incorporar a noção de desejo ao conjunto de suas variáveis.

A demanda proliferante suscita objetos outorgantes da ilusão fálica e colide com os ideais de justiça, fraternidade e harmonia com a natureza. Se em termos sociais a expressão do conflito entre inconsciente e consciência assume essa forma, a conclusão não poderia deixar de ser pessimista – o desejo é suficientemente poderoso para deixar-se limitar por qualquer exigência ética. A menos que se possa demonstrar que um modo de produção baseado na sublimação ainda permanece vigente no horizonte das possibilidades.

Uma investigação mais detalhada dessa problemática comportaria várias preliminares. Seria preciso demonstrar primeiramente que o desejo não pode ser adscrito ao biológico, exigindo uma nova categoria para ser pensado: o simbólico (a linguagem). É mérito de Lacan ter encaminhado a psicanálise nessa direção.

Uma demonstração importante pode ser feita a partir da afasia, exemplo por excelência da vã tentativa de reduzir a linguagem ao substrato neurológico.

Não menos importante é a compatibilização entre as obras de Lévi-Strauss e Freud, mediante a interrogação dos respectivos conceitos de inconsciente.

Por essa via abre-se a possibilidade de articular o conceito de desejo e o campo da economia, viabilizando a renovação do diálogo com um marxismo renovado.

Enfim, a obra de Ivan Illich, provável delta dessas correntes, sugere uma convergência tendente a resgatar o pensamento dito utópico do exílio a que parece condenado desde o naufrágio do sonho socialista, cuja formulação inicial se deu em obediência a um modelo estritamente econômico.

[1]. Daí a diferença entre recalque (*Verdrängung*) interno, inconsciente, e repressão (*Unterdrückung*), externa, consciente (qualquer seja seu agente), e portanto associada a contrôle.

[2] O “moi”.

[3] O *objeto a* lacaniano.

[4] Agora chamada de globalização.

www.franklingoldgrub.com